

Moção: O Ensino Superior é uma prioridade do Governo? Incumprimento nos pagamentos das Dotações Orçamentais

No âmbito do programa governamental da presente legislatura, foram celebrados contratos entre o Estado e as Instituições de Ensino Superior (IES) cujo objetivo seria projetar, com carácter plurianual, as dotações orçamentais a ser atribuídas – tendo em conta o impacto de alterações legislativas – às Instituições na vigência do atual executivo. A dotação orçamental adicional prevista nestes contratos permitiria fazer face aos novos encargos para as Instituições, estabelecidos por mudanças laborais no quadro legislativo, garantindo, entre outros, o regime transitório do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECDP), colmatar os efeitos do aumento do salário mínimo nacional e das atualizações no valor dos subsídios de alimentação da função pública. A assinatura destes contratos e sua vertente de plurianualidade foi uma reivindicação de longa data do movimento associativo, sendo por isso de louvar a existência deste mecanismo, conforme registado à altura.

Recentemente, foi tornado público a existência de atrasos no pagamento da dotação orçamental suprarreferida. Na totalidade, serão treze (13) milhões de euros devidos às IES dos dois subsistemas de ensino superior público que estão em atraso, constituindo uma larga preocupação para a comunidade académica das instituições, que verificam as suas IES a funcionar com limitações orçamentais, que podem ter repercussões na sua formação. O despacho do Ministério das Finanças que bloqueia a atualização necessária, indicando que as instituições devem garantir os compromissos salariais recorrendo aos saldos de gerência. Ora, rompendo, claramente, com o espírito do contrato que foi materializado entre as IES e o Governo que indicava que qualquer atualização, que seja necessária por iniciativa

que não advenha da gestão das próprias IES, deverá ser alvo de um reforço orçamental por parte do Governo da República. Não obstante, no início do mês de dezembro de 2017, as Universidades e Institutos Politécnicos receberam despachos por parte da Secretaria de Estado do Orçamento indicativos que não iriam receber o reforço orçamental previsto.

Ao longo dos últimos meses, múltiplas fontes indicaram que o Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior garantiu a reposição da dívida às IES até ao final do mês de novembro, apesar do mesmo não se ter verificado. Há ainda outras fontes que referem que o Ministério das Finanças já afirmou que devido à contenção orçamental, o pagamento não será feito, deixando as Instituições de Ensino Superior numa situação grave com consequências diretas para a comunidade académica. Paradoxalmente, já nesta presente semana, o MCTES veio reiterar o compromisso com o contrato estabelecido, indicando, agora, que o mesmo irá ser regularizado no início do mês de janeiro de 2018. Este cenário, acrescido da incongruência no discurso governativo, cria uma instabilidade desnecessária no setor e hipoteca a retórica política atual de intenção da expansão da Ciência e do Conhecimento

Assim, o movimento associativo nacional, reunido em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas nos dias 16 e 17 de dezembro de 2017, vem por este meio:

1. Requerer que seja saldada a dívida da tutela às Instituições de Ensino Superior. Exorta-se o Governo a garantir às Instituições de Ensino Superior que os contratos de legislatura sejam integralmente cumpridos, sob pena da perda de confiança entre as IES e o Governo e de que se repita uma situação semelhante à verificada hoje com os contratos-programa;

2. Relembrar ao Chefe do Governo que o Ensino Superior é uma prioridade governativa explanada no seu programa executivo. Falta consagrar e materializar essa mesma prioridade, não sendo através de despachos que desonram compromissos e sufocam instituições que teremos um Ensino Superior alargado e uma sociedade virada para o Conhecimento.

Lisboa, 16 e 17 de dezembro de 2017

Proponente: Federação Académica de Lisboa

Endereçado a: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ministério das Finanças;

Com conhecimento: Gabinete do Primeiro-Ministro, Secretaria de Estado do Orçamento, Grupos Parlamentares;